

OPINIÃO

A COR DO
DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Vamos ver onde chega a hipocrisia

O Afeganistão caiu com estrondo, a confirmar o rol de disparates que os americanos fizeram nas últimas décadas em matéria de intervenção militar.

Há duas coisas curiosas nesta história. A primeira tem a ver com a facilidade com que se entregou o comando a um bando de assassinos cujo poder militar estava brutalmente cerceado (veja-se o reduzido número de baixas das forças aliadas nos últimos anos...). A História analisará isso. A segunda tem a ver com o silêncio, no Ocidente, de grupos e partidos muito ativos na propaganda sobre direitos humanos, racismo e

direitos das mulheres.

Os talibãs são conhecidos pelo total desrespeito pela vida humana, direitos das mulheres e educação. Os relatos de barbárie cometidos sobre mulheres, antes da intervenção do Ocidente, vão para lá do impensável. No entanto, não ouvimos nenhum dos grupos que gritam contra intervenções militares, questões de género e direitos humanos condenar o que se está a passar. É caso para perguntar a partidos como Bloco e PCP porque não convocam manifestos em vigílias (ao estilo das que promovem para condenar a “violência imperialista”) contra a

sanguinária saga dos talibãs. E é caso para perguntar a personagens como Joacine Katar Moreira e Mamadu Ba, que todos os dias nos enchem os ouvidos com agendas fabricadas, porque não aparecem na linha da frente a lutar contra a barbárie exercida sobre os afegãos, com destaque para as mulheres. Mas o leitor pode ter a certeza de uma coisa: quando os refugiados afegãos começarem a bater à porta da Europa, que não os vai poder receber a todos, Bloco, Mamadu, Joacine e quejandos vão estar na linha da frente a condenar a política de imigração da UE. ■

ACADEMIA
E REALIDADE

PEDRO BRINCA
Professor Auxiliar da Nova
School of Business and
Economics

Quando o Estado não dá o exemplo

Foi recentemente notícia que o Estado não paga a tempo e horas. Não que ele seja o único a arrastar os pés no momento de pagar. Os riscos associados aos pagamentos tardios são, em Portugal, um problema que toca a todos, incluindo as relações entre privados.

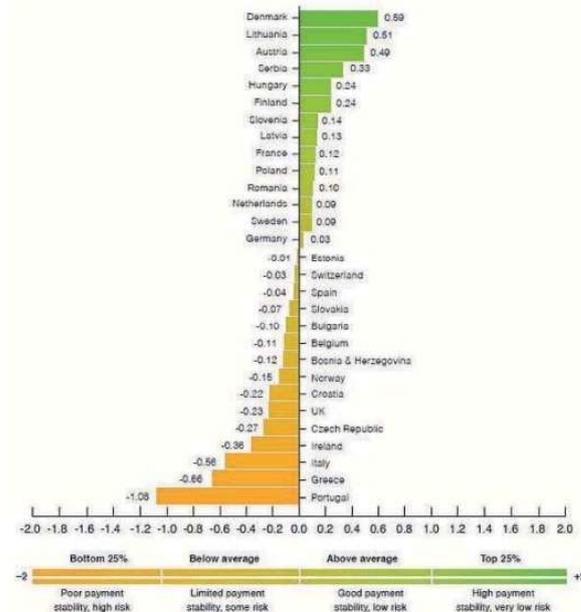
Até 2017, a empresa Intrum Justiça publicava um índice que fornecia uma análise comparativa entre diferentes países da Europa neste ponto. Com uma única estatística, sintetizava as três dimensões do processo de pagamento: a diferença entre o prazo acordado e o tempo que levou a saldar o pagamento; a probabilidade de o pagamento ser feito para lá do acordado; o impacto dos pagamentos atrasados nas operações das empresas. Como se pode ver na figura, Portugal destaca-se pela negativa. Em 2017, conseguiu mesmo ganhar o prémio do pior pagador. O diagnóstico é claro: demoramos muito a pagar.

Se o panorama geral não é grande coisa, os negócios com o setor público são uma das principais razões para os riscos de pagamento. Segundo o mesmo estudo, apesar de o prazo médio acordado ser a só de mais três dias do que

no privado, os recebimentos efetuaram-se em média 29 dias mais tarde, num atraso médio de 45 dias face ao acordado. Os números do relatório de 2019 mostram uma evolução positiva: conseguimos um atraso médio de “apenas” 28 dias. No entanto, este número continua a contrastar com a média da União Europeia. Não só os prazos acordados são tipicamente mais curtos (33 vs. 47 dias), como o atraso médio é bastante inferior (9 vs. 28 dias).

Do ponto de vista das políticas públicas ou iniciativas legislativas,

Os atrasos de pagamento no setor público são aqueles em que é mais fácil intervir.



European Payment Risk Index da Intrum Justiça, European Payment Report 2017

os atrasos de pagamento no setor público são aqueles em que é mais fácil intervir. Ora, o impacto da morosidade no pagamento não é pequeno. Implica a redução dos lucros, em particular se implica-

rem problemas de liquidez que levem a um aumento do custo de capital da empresa. Pode, inclusive, pôr em causa a viabilidade das empresas, sobretudo as pequenas e médias, que podem entrar em pro-

cessos de falência por restrições de liquidez, com efeitos de spill-over sobre prémios de risco e potenciais falências em cadeia. Com as necessidades de liquidez adicional, assiste-se ainda a uma redução do investimento.

Num estudo com 27 países-membros da União Europeia, Connel (2014) sugere que a eliminação dos pagamentos em atraso nos negócios com o setor público levaria a uma diminuição do número de encerramento de empresas de 16,3%. Checherita-Westphal et al. (2016) mostram que um aumento de um desvio-padrão no número de pagamentos em atraso está associado a uma diminuição de 0,9 a 1,5 pp. na taxa de crescimento do PIB, a uma diminuição do crescimento dos lucros das empresas entre 1,5 e 3,4 p.p. e que um maior número de recebimentos em atraso aumenta a probabilidade de insolvência das empresas.

As implicações de política são claras. Um esforço para diminuir os prazos de pagamento e os pagamentos em atraso por parte do setor público pode promover a atividade económica sem consequências orçamentais e deve ser visto como um objetivo prioritário. Dada a importância demonstrada também deste tipo de estatísticas na atividade económica, seria determinante a criação de registos associados aos atos de faturação que incluíssem informação necessária à compilação de estatísticas mais completas e sistemáticas para o estudo do fenómeno. ■ Coluna mensal à terça-feira